

# JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO IV Nº 116 Rio de Janeiro, de 7 a 13 de março de 2006

## Volta às aulas dentro da lei

Rafael Wallace



*Crianças voltam à escola, com o fim das férias de verão. Rotinas das instituições de ensino são ditadas pela legislação*

Com o fim das férias de verão, o retorno aos bancos escolares traz recordações dos dias de descanso e a promessa de muito trabalho e aprendizado. A volta às aulas, porém, traz ainda as normas ditadas por leis aprovadas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que vigoram e ditam as rotinas das instituições de ensino das redes pública e particular do estado. Regras como a proibição da venda de alimentos que contribuam para a obesidade infantil nas cantinas e a limitação do peso carregado nas mochilas pelos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio fazem parte da legislação, que determina, ainda, critérios para a localização de vendedores

ambulantes de guloseimas nas imediações dos colégios.

Mas os deputados querem ir além, e legislar não só para garantir o acesso à educação para as camadas mais carentes da população – como o projeto de lei que determina a isenção da taxa do vestibular para alunos das escolas estaduais – como também para assegurar a saúde de pais e alunos da rede pública do estado, com a realização de exames ginecológicos e atendimento psicológico nas unidades de ensino. O objetivo final, porém, é um só: assegurar ao futuro do estado condições de escrever seu próprio caminho.

PÁGINAS 4 e 5

*TV Alerj lança programa em parceria com Sebrae*

PÁGINA 2

*Tetracampeão recebe Medalha Tiradentes*

PÁGINA 3

*Pier Mauá e concessão de rodovias na mira dos deputados*

PÁGINA 7

# Programa para empreendedores

PARCERIA ENTRE TV ALERJ E SEBRAE-RJ LEVA PARA A TELINHA DICAS IMPORTANTES PARA MICROEMPRESÁRIOS

PHÉLIPE CRUZ

Uma parceria entre o Sebrae e a TV Alerj vai ajudar o profissional que administra pequenas empresas da área de comércio, indústria e serviços a sobreviver à grande concorrência do atual mercado de negócios. Este é o principal objetivo do programa “Aprendendo a empreender”, que irá, de forma didática, fornecer dicas valiosas para quem pretende iniciar um empreendimento ou manter a empresa em bom funcionamento, gerando lucros maiores e aumentando a clientela.

Interpretado por atores, que simulam situações cotidianas entre consumidor, patrão e fornecedor, como as dificuldades na administração de empresas e o melhor jeito de vender um produto, o programa ainda traz um debate sobre as principais leis criadas pela Assembléia Legislativa que favorecem o consumidor, o empresário e os pequenos negócios. “Ao término de cada episódio, nós iremos debater os problemas enfrentados pelo pequeno comércio e as principais dicas de empreendimento com a presença de um deputado estadual e do superintendente do Sebrae-RJ, Sérgio Malta”, explicou o apresentador do programa, Paulo Corrêa. “Serão discutidas



O jornalista Paulo Corrêa e o superintendente do Sebrae, Sérgio Malta, no programa

e apresentadas aos telespectadores leis como as de juros, isenção de ICMS e as que tratam da defesa do consumidor”, completou o jornalista.

Em uma das edições, que tratou do tema “O Empreendedor”, o programa teve a participação do presidente da Comissão de Trabalho, Gilberto Palmares (PT), que falou sobre as leis que incentivam o acesso ao micro-crédito e criam fundos para pequenos empreendedores e profissionais que trabalham na informalidade. Para o parlamentar, a iniciativa da Assembléia, de firmar parce-

ria com o Sebrae, é ótima para os pequenos empreendedores. “A metodologia do programa facilita a compreensão e ajuda o entendimento das políticas de incentivo para os profissionais de micro e pequenas empresas”, afirmou.

Dividido em seis capítulos, o programa será transmitido pela TV Alerj nos dias 6, 7, 8, 9, 13 e 14 de março. Participam dos programas os deputados Luiz Paulo (PSDB), Gilberto Palmares (PT), Paulo Ramos (PDT), Edmilson Valentim (PCdoB), Paulo Melo (PMDB) e José Bonifácio (PDT).

## Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Grça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acáris ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Amanda Révesz, Augusto Carazza,

Clarisse Bretas, Dafne Capella,

Franciane Lovati, Phéliepe Cruz,

Thayssa Plum

Fotógrafo:

Rafael Wallace

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

## FRASES DA SEMANA

“É ótimo que existam pessoas que podem pagar o Colégio São Bento, para tirar melhores notas no Enem. Mas não é justo que as crianças que estudam nas nossas escolas públicas não tenham acesso à universidade.”

Jurema Batista (PT), defendendo o sistema de cotas nas universidades federais



“O ministro do STF dizer que o povo brasileiro não pode usar o Código de Defesa do Consumidor em operações bancárias é botar os bancos acima do bem e do mal”

Luiz Paulo (PSDB), ao comentar os lucros do Bradesco de 2005, que chegaram à marca dos R\$ 2,5 bilhões

“Os missionários que entram na Amazônia, na verdade, são geólogos disfarçados.”

José Távora (PFL), anunciando que a próxima reunião da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) será em Manaus, para denunciar a internacionalização da Amazônia

# Talento tetracampeão reconhecido

DEPUTADO JOSÉ TÁVORA SE EMOCIONA AO ENTREGAR A MEDALHA TIRADENTES A ZINHO, JOGADOR DO NOVA IGUAÇU



Zinho disse que tem orgulho de ser de Nova Iguaçu, onde também mantém uma escolinha de futebol que atende a mais de 600 crianças

PEDRO MOTTA LIMA

A coleção de medalhas de Zinho, tetracampeão mundial de futebol pela Seleção Brasileira, continua crescendo. No dia 7, o atleta recebeu a Medalha Tiradentes, a principal comenda do Estado do Rio de Janeiro. “Esta é uma homenagem importante, pois não é feita apenas pela brilhante carreira profissional de Zinho, mas também por tudo que ele representa para o povo da Baixada Fluminense, em especial a população de Nova Iguaçu”, disse o deputado José Távora (PFL), responsável pelo evento.

O jogador foi prestigiado pelo prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias (PT), que lembrou a importância de Zinho para o resgate da auto-estima do morador da cidade. “Ele é um exemplo a ser seguido. Muitas pessoas que fazem sucesso saem da Baixada. Zinho

voltou e foi ajudar o time da cidade a chegar à primeira divisão do futebol estadual”, lembrou o prefeito. A mesa da solenidade foi completa pelo presidente da Câmara de Nova Iguaçu, vereador Carlos Ferreira (PT), pelo secretário municipal de Esporte e Lazer da cidade, José Ibrahim Soares, pelo deputado es-

*O jogador detém cinco títulos do Campeonato Brasileiro*

tadual Gilberto Palmares (PT) e pela mulher do secretário de Comunicação do município da Baixada, Cristian Ávila da Silva, Clarissa Jardim. “Para mim este é um dia especial, pois esta Casa está homenageando o melhor ser humano que conheço”, afirmou Ibrahim.

Visivelmente emocionado, Zinho discursou após receber a medalha. “É uma alegria muito grande e motivo de orgulho ser agraciado com a principal comenda do estado. Fico mais feliz ainda por ter recebido das mãos do deputado José Távora, de quem meu pai sempre falou muito bem. Sei que tenho um papel importante na minha cidade e estou pronto para esta responsabilidade, pois sempre tive muito orgulho de ser de Nova Iguaçu, cidade onde nasci, cresci, fui educado, conheci minha esposa e tenho os meus amigos”, afirmou Zinho. O jogador, que participou da conquista da Copa do Mundo de 1994, é também detentor de cinco títulos do Campeonato Brasileiro, além de diversas conquistas em campeonatos estaduais. Atualmente, além de atuar no Nova Iguaçu, mantém uma escolinha de futebol no município, que atende a mais de 600 crianças.

# Iniciativas da Casa aperfeiçoam currículos e hábitos escolares

## Leis inserem educação ambiental e combate às drogas na grade escolar

CLARISSE BRETAS E FRANCIANE LOVATI

Para a Alerj, não basta colocar as crianças na escola. Também é importante assegurar que elas tenham ensino e alimentação de qualidade. Leis aprovadas na Casa determinam desde normas para uma merenda saudável até a adoção de programas de esclarecimento sobre questões como meio ambiente e combate às drogas.

A Lei 4.508/05, do deputado Roberto Dinamite (PMDB), proíbe a venda de alimentos que contribuam para a obesidade infantil nas escolas. A lei inclui salgadinhos gordurosos e doces. “Estamos tentando promover a conscientização nas escolas, sem aplicar multas”, diz o parlamentar. Já Alice Tamborindeguy (PSDB) é autora da Lei 1.942/91, que proíbe a venda de doces por ambulantes a menos de 200 metros de distância dos estabelecimentos de ensino. “Essas balas fazem mal à saúde e aos dentes da criança. Além disso, os produtos vendidos por ambulantes têm origem duvidosa”, adverte a deputada.

A Lei 3.866/02, do deputado Paulo Melo (PMDB), proíbe a utilização de alimentos transgênicos na merenda escolar. De acordo com o peemedebista, ainda não há certeza quanto aos riscos ofereci-

dos por esses alimentos. “Sou a favor do desenvolvimento científico, mas sou contra a utilização de transgênicos na merenda escolar, porque as crianças estão em fase de crescimento e esses alimentos podem ser prejudiciais à saúde”, justifica.

Outra preocupação dos parlamentares é a conscientização das crianças quanto ao meio ambiente. Muitas escolas começaram a desenvolver um programa de educação ambiental devido à Lei 3.325/99, dos deputados Noel de Carvalho (PMDB) e Carlos Minc (PT), que descreve o que é a educação ambiental e como ela está relacionada com as diversas disciplinas escolares. Segundo Minc,

### Projeto institui programa de combate à violência nas escolas públicas

porém, ainda há muito o que fazer. “Lançamos uma cartilha de educação ambiental, mas mesmo assim ainda há muitas escolas que não adotaram o programa”, lamenta.

Para Samuel Malafaia (PMDB), a prevenção ao uso de drogas também é um assunto importante a ser discutido. Ele é autor da Lei 4.471/04, que institui o programa permanente de prevenção ao uso de drogas e coloca a dependência a suas substâncias entorpecentes como disciplina no currículo escolar. “Os jovens precisam de orientação, porque, cada vez mais,

os pais não têm tempo para conversar e ensinar. O melhor lugar para aprender isso é na escola”, defende. Ele também tem um projeto que institui um programa de combate à violência nas escolas da rede pública. “Estes estudantes são de baixa renda e, por isso, são presas fáceis para o aliciamento ao tráfico de drogas. Esse programa busca que este tema seja tratado nas escolas”, afirma.

A garantia de ensino para as pessoas com deficiência também está presente na legislação. Autora da Lei 1.941/91, a deputada Aparecida Gama (PMDB) diz que as pessoas com deficiência precisam ter prioridade na hora de conseguir uma vaga nas escolas públicas. A lei garante prioridade ao portador de deficiência física, mental ou sensorial. “Há pais que têm recursos suficientes para mandar o filho estudar mais longe, mas a maior parte das famílias não tem condições financeiras para isso. Por isso acho que o deficiente tem que ter prioridade para entrar nas escolas públicas mais próximas”, argumenta a parlamentar. Já a Lei 2.020/92, do deputado José Távora (PFL), estabelece o ensino pelo sistema Braille nas escolas públicas. A lei exige que haja uma escola pública habilitada para ensinar a cegos em cada região do estado. “Apesar de a lei exigir apenas uma escola que ensine em Braille em cada região, acho importante que haja uma em cada município”, acrescenta ele, que também é autor da Lei 2.013/92, que determina tempo mínimo para alterar a relação de livros didáticos usados pelas escolas.

## Lei estadual determina peso máximo das mochilas

A saúde das crianças é outro tópico defendido pelos deputados. O petista Carlos Minc é autor da Lei 2.772/97, que dispõe sobre o peso máximo do material escolar das crianças. Segundo o deputado a ideia da lei foi dada pelo seu filho, na época com 14 anos. “No início não dei muita atenção, mas depois conversei com pediatras e ortopedistas e eles me disseram que carregar muito peso pode causar problemas de coluna”, esclarece o petista. Aluno da 7ª série, Gustavo de Almeida, de 13 anos, carrega diariamente seis quilos de material escolar nas costas – pela lei, a mochila não poderia exceder 10% do peso do aluno. Ele reclama do descumprimento da lei. “Deixo uma parte do material no armário da escola, mas o que está na mochila é o material que preciso levar para casa todos os dias, para estudar”, reclama ele.

A Alerj também aprovou leis que diminuem os gastos dos estudantes, como a Lei 4.675/05, do deputado Antônio Pedregal (PSC), que proíbe a cobrança por prova de segunda chamada ou final, por todos os estabelecimentos de ensino do estado. Para a estudante Eloana Braga, a iniciativa é boa, mas deve ser fiscalizada para coibir os abusos. Ela afirma que, em janeiro, precisou pagar R\$ 25 para fazer uma prova de segunda chamada em seu curso de inglês. “A prova foi a mesma da turma, meu teste já estava pronto. O curso não teve qualquer custo extra. Mas, se não pagasse, seria reproitada”, reclama. Além dessa lei, há o projeto de lei 1.427/04, do deputado Gilberto Palmares (PT), que isenta automaticamente os estudantes da rede pública do pagamento da taxa de vestibular da rede estadual. “Geralmente, quem estuda numa escola pública não tem dinheiro para pagar uma faculdade particular. Com esse projeto, pretendo democratizar o acesso à rede estadual superior”, afirma.

## De proibição da venda de doces a instalação de bibliotecas

**Lei 3.908/02** – A lei, de autoria do deputado Paulo Melo (PMDB), proíbe a utilização de alimentos transgênicos na merenda das escolas públicas.

**Lei 1.942/91** – A deputada Alice Tamborindeguy (PSDB) é autora da lei que proíbe vendedores ambulantes de vender confeitos a menos de 200 metros de escolas particulares ou públicas que

mantenham cursos de primeiro grau.

**Lei 2.296/94** – De autoria do ex-deputado Antônio de Carvalho, a lei estabelece a instalação de pelo menos uma biblioteca nas escolas estaduais e privadas do estado.

**Projeto de lei 744/03** – A iniciativa da deputada Waldeth Brasiel (PL) dis-

ponibiliza atendimento psicológico e ginecológico para os estudantes e para os pais, em escolas públicas.

**Projeto de lei 1427/04** – O projeto do deputado Gilberto Palmares (PT) estabelece que estudantes da rede estadual ficam isentos do pagamento da taxa do vestibular das universidades públicas do estado do Rio.



Gustavo de Almeida: seis quilos de material na mochila

Dafne Capella

## EM DEBATE: AS MULHERES ESTÃO PRESENTES NA VIDA POLÍTICA E PÚBLICA?

## APARECIDA GAMA

DEPUTADA ESTADUAL PELO PMDB

**Trabalho e respeito**

A cada dia vemos a mulher conquistar mais um espaço no mercado de trabalho. Na política não é diferente. Foi uma longa batalha, mas finalmente conquistamos um lugar ao sol. Ainda não somos maioria, tampouco a metade, mas já podemos ver várias mulheres ocupando lideranças, como é o caso da governadora Rosinha Matheus que antes de ser governadora foi primeira-dama em todos os sentidos. Ela realmente participava da vida política, quando podia contentar-se apenas com um papel figurativo. Todavia, não elegemos uma presidente da República, o que é questão de tempo.

A mulher parlamentar não deve se preocupar em atingir status, posições privilegiadas, nem querer se sobrepor aos outros para obter o respeito de todos. Isso é fruto do trabalho de cada um, não importando o sexo. O mais importante é lutar para fazer valer os direitos conquistados e batalhar por outros, até que não haja mais distinção política, jurídica, econômica e social entre homens e mulheres.

Esta luta deve trilhar pelo caminho da igualdade de direitos, respeitando as habilidades de cada um, pois não adianta negar que nós temos mais facilidade em determinadas atividades e os homens em outras. O respeito deve prevalecer em todas as relações, sejam elas familiares, de amizade ou de trabalho.

O trabalho político deve ser norteado pelo povo. Somos eleitos por ele e não faz sentido ficarmos com disputas entre sexos.

A mulher já conquistou sua vaga no quadro político brasileiro. Aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, ocupamos cerca de 20% das cadeiras. Cabe a todos nós, sejam vereadoras, deputadas estaduais, deputadas federais ou senadoras, lutar pelos interesses daqueles que as elegeram. A política é para todos, não importando cor, credo, sexo, classe social ou qualquer outra diferença. Devemos fazer valer o direito de todos para construirmos um país mais digno, justo e igual.



Mariana Magro

## JUREMA BATISTA

DEPUTADA ESTADUAL PELO PT

**É preciso avançar**

O dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino. A lista das conquistas das mulheres é grande. Muita coisa mudou, muitas atitudes discriminatórias foram superadas. Apesar de não representar o desejado, as mulheres ampliaram suas posições na política. Hoje somam 8% na Câmara dos Deputados; 11% no Senado Federal; 12,5% nas Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, e 12,6% nas Câmaras de Vereadores. Estamos deixando de ser cidadãs de segunda classe. Nossas conquistas merecem ser comemoradas. Mas, as reivindicações não terminaram.

Há muitas questões a serem resolvidas. No Brasil, as mulheres vivenciam situações de violência física, sexual e emocional, de desvalorização do trabalho e do emprego doméstico, de mortalidade materna, de exclusão dos espaços de poder e de decisão política, entre outras.

As mulheres negras ainda são as mais prejudicadas. Proporcionalmente às mulheres brancas, elas enfrentam taxas superiores de desemprego. Recebem 50% da remuneração das mulheres brancas e concentram-se no trabalho doméstico, com direitos trabalhistas e previdenciários limitados.

A realidade das mulheres compromete a democracia brasileira. Um desafio posto para o século XXI é o de que os espaços públicos possam ser ocupados por homens e mulheres. Se a paridade é uma meta um pouco distante ainda, a ampliação da presença das mulheres é uma possibilidade real.

A distribuição e regulação de poder, como também de renda, de propriedade, de conhecimentos e dos meios de comunicação são elementos fundamentais nos sistemas democráticos, que têm o compromisso de enfrentar e eliminar as desigualdades e garantir os direitos humanos. A tarefa de defendê-los e de aprofundá-los é de cada um e de todos. Podemos realizar esta defesa, individual e coletivamente, de forma direta e indireta, no público e no privado, nas nossas relações e nas instituições a que pertencemos. Precisamos nos reconhecer como sujeitos da história, como indivíduos e não somente como parte de uma família.



Leandro Marins

**“O mais importante é lutar para fazer valer os direitos conquistados”**

**“A realidade das mulheres compromete a democracia”**

**Trabalho para comissões especiais**

DEPUTADOS INVESTIGAM CONCESSÃO DE ESTRADAS, PRIVATIZAÇÃO DO BANERJ E RECEPÇÃO AO TURISTA NO PIER MAUÁ



Andria Quelhas

O gerente de operações do Pier Mauá, Pedro Guimarães, ao lado de Glauco Lopes

THAYSSA PLUM

Além das 33 comissões permanentes da Alerj, os cidadãos fluminenses podem contar com as comissões especiais, para lutar por causas determinadas e pontuais. Nos últimos meses, três novas comissões especiais foram aprovadas na Casa. Alertar as autoridades públicas e privadas sobre a importância de melhorar o porto do Rio para receber os transatlânticos é o objetivo de uma comissão requerida pelo deputado Glauco Lopes (PSDB). “Passaram-se 20 anos e a estrutura do Pier Mauá continua a mesma. Não existe sinalização, a quantidade de táxis piratas é um perigo e não há organização suficiente para receber os turistas, que geram inúmeros recursos para a cidade”, avalia o parlamentar, que, em dezembro, visitou o pier e constatou diversas irregularidades, como precariedade de transportes e falta de segurança no local.

Autor do requerimento que criou a Comissão Especial para Avaliar o Processo de Concessão à Iniciativa Privada das Rodovias BR-393 e BR-101 no Estado do Rio, o deputado José Bonifácio (PDT) tem como objetivo democratizar a informação. “É preciso abrir a discussão para a população”, explica o parlamentar, que esteve, no último dia 22, na audiência pública promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT) em São Paulo e criticou as concessões. Segundo ele, as obras de duplicação do trecho de Rio Bonito a Casimiro de Abreu só serão iniciadas após quatro anos de concessão, e a implantação da terceira faixa no trecho entre Macaé e Campos só acontecerá após 14 anos de concessão. “Isso significa que a população de Campos, por exemplo, pagará durante mais de 14 anos até receber o benefício. Esta Casa e as autoridades locais não podem permitir isso”, defende o deputado.

Outro ponto de discordância foi o fato de estar prevista a construção de uma praça de pedágio separando o município de Casimiro de Abreu do distrito de Barra de São João. “Isso é um desrespeito à legislação, pois a Lei 4.044/02, do deputado Paulo Ramos (PDT), proíbe a cobrança de pedágio em qualquer ponto fora dos limites de município”, lembra. O parlamentar pretende mobilizar as comunidades que utilizam as rodovias e realizar audiências públicas para informá-las sobre os critérios das concessões.

O deputado Paulo Ramos é autor do requerimento que cria a Comissão Especial para Apurar Denúncias de Irregularidades na Privatização do Banerj. A comissão já realizou uma audiência pública para investigar o crime que se constituiu a privatização do Banerj. “Nosso próximo passo é estudar o relatório da Coppe/UFRJ sobre o assunto”, afirma.

**CURTAS****Cré debates para solenidades**

No último dia 23, a Mesa Diretora da Alerj publicou, no Diário Oficial do Legislativo, os critérios para a realização de solenidades na Casa. De acordo com as normas, em todo o ano de 2006 poderão ser realizadas 140 sessões solenes, sendo que casos excepcionais terão de ser autorizados pela Mesa. Além disso, as solenidades, que não poderão ter mais de três horas de duração, deverão terminar antes das 22h.

**Iserj em debate**

Professores e alunos do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj) reivindicaram a regularização da grade curricular do curso de formação de professores, durante audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Municipais, no dia 23. Segundo eles, o curso continua sendo feito em três anos, apesar de o Ministério da Educação ter estabelecido, em 2004, que sua duração seria de quatro anos. Na audiência, foi discutido, ainda, o parecer 228 do Conselho Estadual de Educação, que sugere a eleição e posse de representantes dos conselhos diretores e acadêmicos para o instituto.

**Terceiro vice-presidente**

O deputado Sivuca (PTdoB) foi eleito, no dia 22, o terceiro vice-presidente da Assembleia Legislativa. Sivuca, que recebeu 31 votos a favor, seis contrários e duas abstenções, ocupa a cadeira ocupada, anteriormente, pelo deputado Pedro Fernandes (PFL), morto em dezembro. “Tínhamos em comum, além da idade, o fato de sermos assíduos e de exercermos nossos papéis com muito orgulho e retidão”, disse ele. Esta é a primeira vez que Sivuca, que está em seu quarto mandato, ocupa um lugar na Mesa Diretora.

## ENTREVISTA LUIZ PAULO

DEPUTADO PELO PSDB

*'A assiduidade é fundamental'*

FERNANDA GALVÃO

**E**x-vice-governador e ex-secretário municipal e estadual de pastas como Obras Públicas, Transportes e Urbanismo, o deputado Luiz Paulo (PSDB) utiliza o conhecimento adquirido nas funções do Executivo para seu trabalho à frente da Comissão de Redação, presidida por ele. A comissão, que existe em todas as Casas legislativas do País, é responsável pela redação final dos projetos aprovados com emendas em plenário. Deputado da oposição, Luiz Paulo garante que não há problemas em fazer a redação final de projetos contrários aos desejos de seus colegas de fora da base de sustentação do Governo. “Esta dúvida foi levantada quando meu nome foi sugerido para presidir esta comissão. O presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), espantou estes temores e garantiu que tem confiança em meu trabalho. O que o plenário aprova é soberano, sou um democrata, sei perder. Quem não concorda com isso não merece ter mandato”, afirma.

**Como é o trabalho desenvolvido pela Comissão de Redação?**

Esta é uma comissão de extrema importância no Parlamento, porque é a responsável pela forma final do projeto, após as votações e as emendas apresentadas pelos deputados. A responsabilidade é grande, uma vez que temos que complementar o texto original com as emendas aprovadas, mantendo a estrutura do projeto mas sendo fiel ao que foi decidido em plenário. Esta redação final volta ao plenário mas não pode ser rejeitada, a menos que haja algum engano da comissão ao redigi-la. Mas isso é raro de acontecer.

**O senhor é tido como um dos mais assíduos em plenário. Como isto auxilia seu desempenho à frente da comissão?**

A assiduidade é importante para todos os deputados, mas é fundamental que o pre-



Augusto Carazza

sidente da Comissão de Redação acompanhe as votações na Casa. Se eu estivesse ausente, não saberia o que aconteceu, até porque muitas vezes são apresentadas emendas durante a votação. Por isso, além da presença, muitas vezes usamos as notas taquigráficas e as gravações das sessões, para que não aconteçam equívocos.

*“Quem não sabe perder não pode ser considerado um democrata”*

Digo sempre que as gravações e as notas são testemunhas da história.

**A comissão aprecia boa parte dos projetos em tramitação na Casa. Na sua opinião, existe algum tema importante para o estado pouco abordado pela legislação?**

Nosso Legislativo produz muitos projetos; uma parte significativa deles correspondente às questões de defesa do consumidor, legislação ambiental e funcionalis-

mo. Porém, acho que a questão do combate ao uso de drogas foi colocada de lado. Aliás, este é um tema que não é tratado com a profundidade necessária, em nenhuma das três esferas de poder público – Legislativo, Executivo e Judiciário. O resultado disso é o que vemos pelas ruas. Todos são contra a violência, mas uma boa parte da sociedade não quer abrir mão de fumar ou cheirar, e isto precisa ser combatido pelo poder público.

**O senhor é da oposição, e muitas vezes precisa analisar, na comissão, projetos que contrariam os parlamentares de fora da base do Governo. Como fazer para não misturar os interesses?**

Quando surgiu meu nome para assumir esta comissão, fizeram esta pergunta ao presidente da Casa, Jorge Picciani (PMDB). Ele respondeu dizendo que confiava plenamente no meu trabalho. É muito simples, basta seguir o princípio do Parlamento. O que o plenário aprova é soberano. Não há o que discutir. Sou um democrata, sei perder. Quem não concorda com este princípio simples da democracia não pode ser considerado um democrata, e não merece ter mandato.